

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

João Marcelo Lima - Técnico em Gestão do Meio Ambiente;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Camila Veloso

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 69ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a publicação do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Outro destaque, refere-se ao Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022, que promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.

Já na esfera municipal, é relevante mencionar a Lei nº 9.733, de 11 de janeiro de 2022, instituindo no Município de Belém as normas específicas de interesses locais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana – REURB.

O "Fique de Olho", desta edição, destaca a abertura do processo de seleção para o mestrado em Agricultura no Trópico Úmido (ATU) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCTI). As inscrições vão de 06 de dezembro de 2021 a 21 de janeiro de 2022.

Em tempo, o lançamento do E-book "Direito e Desenvolvimento na Amazônia" é a sugestão do "NEL Indica". Essa obra é o primeiro resultado concreto do encontro entre docentes e discentes do PPGDDA para a produção de conhecimentos embasados em uma análise jurídica da realidade social, econômica, cultural, institucional e normativa da Amazônia, voltada para a identificação de problemas históricos e atuais.

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenadora - NEL

NORMAS FEDERAIS



LEI nº 14.292, DE 3 DE JANEIRO DE 2022. Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para dispor sobre as operações de compra e venda de álcool, a comercialização de combustíveis por revendedor varejista e a incidência da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas referidas operações.

LEI nº 14.293, DE 4 DE JANEIRO DE 2022. Institui o Programa de Venda em Balcão, com o objetivo de promover o acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de milho; e dá outras providências.

LEI nº 14.299, DE 5 DE JANEIRO DE 2022. Altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 9.074, de 7 de julho de 1995, para instituir subvenção econômica às concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica de pequeno porte; cria o Programa de Transição Energética Justa (TEJ); e dá outras providências.

LEI nº 14.300, DE 6 DE JANEIRO DE 2022. Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS); altera as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências.



NORMAS FEDERAIS



DECRETO nº 10.931, DE 10 DE JANEIRO DE 2022. Institui o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas.

DECRETO nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022. Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.

DECRETO nº 10.933, DE 11 DE JANEIRO DE 2022. Altera o Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação dos produtos que menciona.

DECRETO nº 10.935, DE 12 DE JANEIRO DE 2022. Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.

DECRETO nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.



NORMAS FEDERAIS



DECRETO nº 10.939, DE 13 DE JANEIRO DE 2022. Regulamenta as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica.

DECRETO nº 10.940, DE 13 DE JANEIRO DE 2022. Altera o Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

RESOLUÇÃO CPPI nº 219, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Aprova a modalidade operacional e as condições mínimas aplicáveis à desestatização de Terminais Pesqueiros Públicos.

RESOLUÇÃO CPPI Nº 215, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Recomenda a qualificação de projetos e empreendimentos públicos federais do setor de energia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA IBAMA nº 33, DE 5 DE JANEIRO DE 2022. Aprova a Estrutura Regimental do Ibama, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de janeiro de 2017 e artigo 134 do Regimento Interno.

PORTARIA MAPA nº 387, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o documento Cadastro Nacional da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - CAF- Pronaf em substituição à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP.

PORTARIA MCTI nº 5.508, DE 11 DE JANEIRO DE 2022. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

PORTARIA MDR/SEDEC nº 71, DE 10 DE JANEIRO DE 2022. Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MDR/SEDEC nº 3.446, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021. Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 5º da Portaria n. 2.958, de 10 de dezembro de 2019, constante no processo administrativo nº 59502.000798/2017-38, que autorizou o a transferência de recursos ao Município de São Caetano de Odivelas - PA, para ações de Defesa Civil até 04/03/2022.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMA nº 46, DE 6 DE JANEIRO DE 2022. Altera o artigo 2º da Portaria Ibama nº 08, de 04 de janeiro de 2022, para incluir o § 4º e o § 5º.

PORTARIA MMA/IBAMA nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2022. Institui no âmbito do IBAMA a Plataforma de Anuência Única do Brasil - PAU Brasil para uso nas atividades de comércio exterior envolvendo produtos e subprodutos da biodiversidade.

PORTARIA MMA/IBAMA nº 33, DE 5 DE JANEIRO DE 2022. Aprova a Estrutura Regimental do Ibama, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de janeiro de 2017 e artigo 134 do Regimento Interno.

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 1.001, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021. Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Mico-Leão-Dourado (Processo 02126.000900/2020-18).

PORTARIA MMFDH nº 1, DE 12 DE JANEIRO DE 2022. Dispõe sobre os procedimentos para a prestação do auxílio financeiro emergencial pela União à Instituição de Longa Permanência para Idosos Associação de Proteção aos Órfãos, inscrita no CNPJ nº 03.052.509/0001-76.

PORTARIA MMFDH nº 89, DE 10 DE JANEIRO DE 2022. Aprova o Regimento Interno do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.



Plataforma de Anuência
Única do Brasil - **PAU Brasil**

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SAP/MAPA nº 520, DE 4 DE JANEIRO DE 2022. Regulamenta a Licença Temporária da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador Profissional Industrial, até 31 de dezembro de 2022, ou até a finalização do Cadastramento Nacional dos Pescadores Profissionais, previsto na Portaria nº 270, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca.

PORTARIA SDA nº 509, DE 3 DE JANEIRO DE 2022. Solicita subsídios para a realização de estudo prévio à regulamentação da venda ou fornecimento a retalho ou a granel de pequenas quantidades de produtos da produção primária, direto ao consumidor final, pelo agricultor familiar ou pequeno produtor rural que os produz.



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO nº 2.110, DE 12 DE JANEIRO DE 2022. Fica instituída, no âmbito do Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará (GRAESP), a Medalha CMTE JÚLIO CÉSAR – Grande Mérito da Aviação de Segurança Pública do Estado do Pará.

DECRETO nº 2.113, DE 12 DE JANEIRO DE 2022. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor do Estado do Pará, por via amigável ou judicial, a área localizada na Travessa Mariz e Barros esquina com a Passagem Trindade, no bairro do Marco, na cidade de Belém, no Estado do Pará, com as demais especificações técnicas mencionadas no Memorial Descritivo constante no Processo Administrativo no 2021/422445.



NORMAS MUNICIPAIS



LEI nº 9.733 DE 11 DE JANEIRO DE 2022. Ficam instituídas no Município de Belém as normas específicas de interesses locais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana – REURB, a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à regularização dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes tendo por base as diretrizes e objetivos previstos na Lei Federal n.º 13.465/2017, de 11 de julho de 2017, no Decreto n.º 9.310, de 15 de março de 2018 e no Plano Diretor do Município de Belém.

Publicado no DOM nº 14.398, de 11 de janeiro de 2022. (p. 2).



Regularização Fundiária Urbana - REURB



FIQUE DE OLHO



INPA oferece 16 vagas em seleção para mestrado em Agricultura no Trópico Úmido

Estão abertas as inscrições para o Programa de Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido (ATU) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCTI). As inscrições vão de 06 de dezembro de 2021 a 21 de janeiro de 2022.

Para mais informações, [clique para conferir!](#)



Lançamento do E-book "Direito e Desenvolvimento na Amazônia"

O livro é o primeiro resultado concreto do encontro entre docentes e discentes do PPGDDA para a produção de conhecimentos embasados em uma análise jurídica da realidade social, econômica, cultural, institucional e normativa da Amazônia, voltada para a identificação de problemas históricos e atuais. Busca ainda apontar caminhos para soluções, aprimoramentos e/ou transformações.

Para adquirir o download gratuito e mais informações sobre o E-book, [clique aqui!](#)



Documentário "O Lixo Nosso de Cada Dia" - Huracán e Casa Rosa Filmes

O documentário disponível gratuitamente na plataforma Youtube provoca reflexões sobre os caminhos do lixo na cidade de Rio Preto e retrata a relação que a sociedade tem com o lixo que produz. Projeto contemplado pelo Premio Nelson Seixas 2019.

Para assistir a esse documentário, [clique aqui!](#)

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br